



Índice

- 01 [Culturas tradicionais na Chapada dos Veadeiros](#)
- 02 [Indígenas cobram novo pacto no 3º Encontro de Mulheres sobre racismo institucional](#)
- 03 [Indígenas criam site e contam sua versão da história do Brasil](#)
- 04 [Líder indígena do sul da Bahia foi detido às vésperas de audiência com o papa](#)
- 05 [Serrarias em terra indígena são fechadas em operação conjunta do MPF/PA, PF e Ibama](#)
- 06 [Depois do protesto Perimetral Norte será sinalizada](#)
- 07 [Líder indígena sob proteção do Estado é preso por porte ilegal de arma](#)
- 08 [Movimentos indígenas denunciam perseguição política; Estado nega](#)
- 09 [Índios de Brasilândia recebem atendimento médico através de liminar](#)
- 10 [Armando recebe apoio de oito tribos indígenas](#)
- 11 [Projeto dá suporte a indígenas e quilombolas para acesso à Universidade](#)
- 12 [Em Garanhuns, Armando Monteiro anuncia apoio de tribos indígenas](#)
- 13 [TAC prevê a criação de reserva indígena para índios Terenas, em RO](#)
- 14 [É alto o índice de mortes indígenas em 2014, suicídio lidera estatísticas](#)
- 15 [Funesp transfere Jogos Indígenas para setembro](#)



- 16** Funai prevê chegada em massa de índios isolados na fronteira do AC
- 17** Educação: aprovado projeto para construção de escola na tribo indígena Bakairi
- 18** Mortes em rodovia refletem descaso com indígenas, diz Ishy
- 19** Projeto Documentação para Todos atende indígenas
- 20** PNHHR libera recursos para construção de casas nas comunidades quilombolas de Eldorado
- 21** Internet dá cara nova a movimento negro em comunidade quilombola de AL
- 22** Quilombolas debatem políticas públicas em seminário
- 23** MPF participa dos debates sobre titulação de terras quilombolas em Santarém
- 24** Incra reconhece Território Quilombola de Tijuauçu
- 25** Ka'apor criam nova área de proteção e expulsam madeireiros da TI Alto Turiaçu
- 26** Lideranças indígenas divulgam documento final de Aty Guasu realizada em Minas Gerais
- 27** Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus territórios
- 28** Flip recebe líder yanomami Davi Kopenawa e a fotógrafa Claudia Andujar e abre espaço para debates sobre os indígenas
- 29** Conheça a tribo Fulni-ô, única do Nordeste que conseguiu preservar a própria língua
- 30** Ministro da Justiça cria Câmara Técnica para rever valores das áreas ocupadas na Terra Indígena Buriti



Culturas tradicionais na Chapada dos Veadeiros

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 25.07.2014

A pequena Vila de São Jorge, povoado, localizado a 35 quilômetros de Alto Paraíso, no norte de Goiás, portal do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, está realizando com brilhantismo o maior evento de culturas tradicionais do nosso país. Esse acontecimento, que se estende até o dia 2 de agosto, bem próximo às formações vegetais únicas do Cerrado, nascentes e cursos d'água, cachoeiras, rochas com mais de um bilhão de anos nas paisagens de raríssima beleza da Chapada, está apresentando pelo 14º ano consecutivo, o que há de mais expressivo em manifestações culturais de todo o Brasil.

Grupos de cultura tradicional e mestres da cultura popular transformam aquela localidade em chão goiano numa grande referência para a criação e a efetivação de políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais brasileiras. Aproximadamente 30 mil turistas assistem e participam de uma vastíssima programação, que apresenta o que há de mais significativo e espetacular nessa área.

Aldeia multiétnica, vivências, rodas de prosa, capoeira Angola, encontro quilombola, shows, peças teatrais, exhibições cinematográficas, oficinas, cursos, gastronomia e uma feira de experiências sustentáveis do bioma cerrado, o segundo maior bioma brasileiro e o mais rico em biodiversidade do planeta. Tudo isso produzido por povos indígenas, mestres, brincantes, catireiros, violeiros, artistas, escritores, cineastas, cantores, dançarinos e capoeiristas. São representantes legítimos de diferentes tradições espelham a notável riqueza do patrimônio cultural imaterial produzido no território brasileiro.

O encontro mostra ainda espetáculos culturais imperdíveis, como: o batuque da Caçada da Rainha, festa tradicional da cidade de Colinas do Sul; a festa religiosa da Comunidade Quilombola do Sítio Histórico Kalunga com o levantamento do Mastro do Divino, o Império Kalunga com a coroação do rei e da rainha, além da Sussa, dança tradicional das comunidades que vivem em Contenta, Vão de Almas, Vão do Moleque e Ribeirão de Bois; o Terno de Moçambique de Perdões (MG); a congada de Niquelândia, com seus penachos inspirados nos índios avá-canoeiro; além da Folia de São Sebastião da cidade de Crixás. São apresentações que retratam, sobretudo, o imenso valor da cultura regional do interior de Goiás, especialmente da Chapada dos Veadeiros, revisitando os costumes de antigos habitantes da região.

Um dos pontos que mais chama a atenção dos turistas e visitantes é a Aldeia Multiétnica. Realizada desde 2007, ela congrega cerca de 300 representantes dos povos indígenas de diversas partes do Brasil, colocando o público em contato direto com os costumes, tradições e modos de vida de diferentes etnias. Promove a interatividade e estreita as relações entre os diversos grupos indígenas. Foi instalada uma verdadeira aldeia indígena às margens do Rio São Miguel. No local, existe uma oca dos índios do Xingu, uma habitação Kaiapó e uma casa Krahô.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

Essa magnífica celebração à música, à dança, às crenças e aos costumes dos povos tradicionais do Brasil e de outras partes do mundo, com a partilha de experiências, histórias de vida, práticas e tradições culturais reveste-se de uma importância fundamental para a resistência e a manutenção da nossa cultura. Fortalece os laços culturais de origem indígena e afro-brasileira. Valoriza as rotas turísticas do Estado de Goiás.

A extraordinária riqueza das culturas tradicionais, exposta em São Jorge, na entrada do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, um projeto da Casa de Cultura Cavaleiro de Jorge - entidade fundada em 1997, na pequena vila de ex-garimpeiros, que acolhe anualmente apresentações dos grupos de música, teatro, dança e demais movimentações artísticas do povo simples daquela região -, deve ser conhecida, reconhecida, prestigiada, valorizada, divulgada, difundida e conservada.

(Antônio Almeida, vice-presidente da Fieg, presidente do Conselho de Responsabilidade Social da Fieg, do Sigego/Abigraf, da Editora Kelps e presidente de honra da Abraxp)



Indígenas cobram novo pacto no 3º Encontro de Mulheres sobre racismo institucional
SÍTIO A CRÍTICA, 25.07.2014

Pesquisador Gersem Luciano Baniwa defende a retomada de alianças para assegurar e ampliar conquistas dos povos indígenas no Brasil

Os indígenas vivem uma “era nebulosa” na relação com o Governo e com o setor privado. Identificar quem é quem nesse rio é tarefa complexa. A declaração é do antropólogo Gersem dos Santos Luciano Baniwa ao situar os contornos do movimento indígena no Brasil que nos anos de 1979/1980 não contava com aliados no plano institucional e na virada do milênio passou a ter muitos aliados.

“Tem liderança expressiva que é financiada pelo movimento ruralista”, disse o pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) exemplificando a questão dos candidatos indígenas nas eleições deste ano: “é grande o número de indígenas candidatos que estão em partidos comprometidos com os ruralistas. Isso é complicado. Tem alguma coisa errada” indicou o pesquisador.

Gersem participou nesta quinta-feira (24), pela manhã, no auditório Rio Solimões, da Ufam, da mesa redonda “Luta e Resistência dos Povos Originários na Pan-Amazônia e no Caribe”, uma das atividades do 3º Encontro de Mulheres Afro-Ameríndias e Caribenhas que tem como tema “Racismo Institucional”. Para o antropólogo, nascido em São Gabriel da Cachoeira (AM), a luta travada pelos indígenas no Brasil é desigual e covarde quando confrontada com o poder político. “Fazemos parte de um Estado pluriétnico onde nós, os indígenas, não existimos. Onde estão os indígenas na estrutura de poder? Fomos alijados e, por isso, a luta lutada é desigual e é covarde”.

A situação dos vereadores indígenas foi citada pelo antropólogo para mostrar o grau de dificuldade na interlocução dos povos indígenas com as representações do poder. “Eles, de modo geral, não têm ações diferentes dos não-índios e acabam bancando o papel de meninos de recado do prefeito”, disse.

ALIANÇAS

Às 130 pessoas presentes no auditório Rio Solimões (dados da coordenação do encontro), o líder indígena falou da importância de se retomar as alianças perdidas e se fazer um novo pacto. “Temos embriões que podem crescer e protagonizar ações fortes para assegurarmos conquistas”, afirmou Gersem Baniwa, lembrando que os índios fazem lutas coletivas e comunitárias e que existem valores desses povos para serem reafirmados. São eles: direitos humanos coletivos, o de que são seres cosmológicos e espirituais (não de religião e sim da ligação que têm com a natureza, o universo); o território. “Nossos valores nos alimentam para superar a dominação, a exploração e o individualismo”, afirmou.

Indígenas criam site e contam sua versão da história do Brasil

SÍTIO VERMELHO, 25.07.2014

Ainda nos primeiros anos da escola, quando as crianças têm seus contatos iniciais com a história brasileira, uma das perguntas propostas por muitos professores é "Quem descobriu o Brasil?". A esta indagação, é comum que se espere que a criançada em coro responda "Pedro Álvares Cabral".

Foto: Organização Thydewá



A Organização Thydewá tem diversos projetos com o objetivo de empoderar os povos indígenas.

Ao atribuir ao navegador português a descoberta do país, esta versão dos acontecimentos desconsidera as estimadas 5 milhões de pessoas que aqui viviam antes da chegada dos europeus. Para tentar minimizar este e muitos outros desrespeitos à cultura indígena, a Organização Thydêwá resolveu criar uma plataforma online para que os índios desenvolvam materiais didáticos que contem sua história e atualidade.

No site Índio Educa, é possível encontrar artigos a respeito de diferentes etnias e tribos brasileiras, todos escritos por indígenas. Os assuntos são diversos, e vão de aspectos históricos ao cotidiano. "A época do índio sem voz está terminando. Este projeto tem o objetivo de empoderar o indígena para dialogar. Trabalhamos em cima dos preconceitos que existem, como pessoas que acham que eles ainda vivem nus", conta o presidente da Organização Thydêwá, Sebastian Gerlic.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

A ideia surgiu em 2008, quando a Lei 11.645 tornou a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” obrigatória no currículo oficial da rede de ensino. Desde então, a ONG começou a reunir jovens indígenas interessados em produzir material de apoio a professores e alunos, e o Índio Educa foi lançado em 2011.

“Percebemos uma carência de material didático para dar subsídio a essas disciplinas. Então, chamamos indígenas que estão em universidades para formar um grupo de trabalho. Hoje o site tem 200 matérias provenientes de 10 etnias diferentes”, explica Gerlic.

O conteúdo do site é todo em formato de Recurso Educacional Aberto, com licença Creative Commons. Isso significa que o material pode ser utilizado e modificado por outras pessoas, como professores que queiram montar um conteúdo didático próprio.

Conheça o projeto.

Fonte: Catraca Livre



Líder indígena do sul da Bahia foi detido às vésperas de audiência com o papa
SÍTIO PORTAL EBC, 26.07.2014

No dia 24 de abril, Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como Cacique Babau Tupinambá, se entregou à Polícia Federal logo após participar, em Brasília, de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Um dos vários caciques atuantes no sul da Bahia, na região da Serra do Padeiro, Babau é suspeito de participar do assassinato de um pequeno agricultor, em fevereiro de 2013. No início do ano, o governo federal enviou o Exército a fim de controlar os violentos confrontos entre índios e produtores rurais.

O mandado de prisão havia sido expedido mais de dois meses antes, no dia 20 de fevereiro, por um juiz da Vara Criminal da comarca de Una (BA). Às vésperas da audiência, em Brasília, organizações indigenistas foram informadas que Babau podia ser preso a qualquer momento. Na ocasião, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) disse que o objetivo era impedir que o líder tupinambá viajasse a Roma. Convidado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a qual o Cimi é vinculado, Babau participaria de uma audiência com o papa Francisco, a quem planejava denunciar a violência contra os povos indígenas brasileiros.

Babau nega envolvimento com o homicídio e também acusou a tentativa de criminalizar o movimento indígena. Ainda assim, passou nove dias preso no Departamento Especializado da Polícia Federal, na capital federal, até ser solto por força de um habeas corpus concedido pelo ministro Sebastião Reis, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que conclui ser desnecessária a prisão de Babau na fase em que o processo se encontrava.

Para o Cimi, a prisão foi uma estratégia governamental para que o líder tupinambá não denunciasses internacionalmente as violações que os povos indígenas vêm sofrendo, como a decisão política de suspender os procedimentos demarcatórios de novas terras indígenas que estão em curso.

Babau já havia sido preso em 2010 por comandar a invasão de fazendas de Ilhéus, Buerarema e Una, entre outras acusações. "O conflito no Sul da Bahia é seríssimo. E foi causado pela inércia do Estado brasileiro em demarcar a terra indígena, mesmo já havendo um parecer da Funai [Fundação Nacional do Índio] indicando que as terras pertencem aos povos indígenas", declarou o presidente do Conselho Executivo da Associação Juizes para a Democracia, André Augusto Salvador Bezerra.

Desde que índios do sul da Bahia decidiram ocupar fazendas a fim de obrigar o governo federal a concluir o processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, a tensão entre indígenas e não índios vem aumentando. Em 2013, um índio tupinambá foi morto e um trabalhador rural, baleado. O foco maior do conflito está na cidade de Buerarema, mas também há fazendas ocupadas em Una, São José da Vitória e em Ilhéus.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

A área reivindicada pelos índios foi delimitada pela Funai em 2009 e mede 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial), estendendo-se da Serra do Padeiro ao litoral sul baiano, na região de Olivença. Ainda é necessário que o Ministério da Justiça reconheça a terra como território tradicional indígena, e que a Presidência da República homologue a área.

Editora: Talita Cavalcante

Serrarias em terra indígena são fechadas em operação conjunta do MPF/PA, PF e Ibama

SÍTIO EM RONDÔNIA, 26.07.2014



Em uma operação realizada pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), Polícia Federal (PF), Polícia Militar, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Em uma operação realizada pelo Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), Polícia Federal (PF), Polícia Militar, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nesta quarta-feira, 23 de julho, duas serrarias foram fechadas e 900 metros cúbicos de madeira foram apreendidos em Nova Esperança do Piriá, no nordeste Pará.

A operação foi realizada a partir de denúncias dos indígenas e também levou à coleta de informações sobre a retirada ilegal de madeira da Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, dos indígenas Tembé, localizada nos municípios de Paragominas, Nova Esperança do Piriá e Santa Luzia do Pará. A madeira ficou sob a guarda da prefeitura.

Segundo os Tembé, a retirada ilegal de madeira estava ocorrendo em áreas da terra indígena vizinhas à área conhecida como Gleba 28 e a uma propriedade rural denominada Fazenda

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

Andiroba. A equipe da operação esteve na área e dali seguiu até Nova Esperança do Piriá, onde as serrarias suspeitas de receber a madeira ilegal foram fechadas.

As informações são da procuradora da República em Paragominas, Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira, do delegado da PF Everaldo Jorge Martins Eguchi e do superintendente do Ibama no Pará, Hugo Américo Rubert Schaedle. "Essa operação vai continuar. Há várias informações de que outras serrarias de Nova Esperança do Piriá recebem a madeira ilegal", diz a procuradora da República.



Depois do protesto Perimetral Norte será sinalizada

SÍTIO CAPITAL NEWS, 26.07.2014

Depois do protesto de indígenas que fechou Perimetral Norte em Dourados por quatro dias, a sinalização da via deve ser instalada na semana que vem, para garantia de mais segurança. Lideranças da aldeia Bororó, que fica localizada às margens da rodovia, confirmaram a informação.

“O engenheiro do governo do Estado esteve aqui ontem, e o que vai ser feito de pronto é a instalação de placas de sinalização e também de sonorizador. Isso é muito bom, e agora vamos esperar a licitação e tudo mais para que coloquem os quebra molas que pedimos. Vamos ter mais segurança para viver aqui e não derramar mais sangue na pista”, afirmou o líder indígena Gaudêncio Benitez, em entrevista ao Dourados News.

O bloqueio da Perimetral Norte aconteceu no último domingo depois que a indígena Lenilza Nunes, 46, foi atropelada e morreu na segunda-feira no Hospital da Vida depois que não resistiu a gravidade dos ferimentos.

O CASO

O grupo de indígenas das aldeias Bororó e Jaguapiru fechou a rodovia com galhos, pneus, e outros obstáculos, pleiteando a instalação de placas e quebra molas para garantir a segurança, já que segundo informação do Conselho Indígena, desde o ano passado pelo menos seis pessoas morreram atropeladas na Perimetral.

Após reunião com o governador André Puccinelli (PMDB) na quarta-feira, em Campo Grande, o grupo resolveu dar fim ontem ao protesto, com a promessa do governador de resolver a questão.

Fonte: Da Redação Capital News (www.capitalnews.com.br)



Líder indígena sob proteção do Estado é preso por porte ilegal de arma
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 26.07.2014

Abordado no interior da Terra Indígena Xukuru-Kariri, o suspeito estava em uma moto e portava um revólver com numeração raspada

Agência Brasil

No último dia 11, uma denúncia anônima de que um motociclista usando um capacete preto havia acabado de assaltar pessoas no centro de Palmeira dos Índios (AL) levou policiais militares a prenderem José Carlos Araújo Ferreira. Abordado no interior da Terra Indígena Xukuru-Kariri, o suspeito estava em uma moto e portava um revólver com numeração raspada.

O que seria mais uma ocorrência criminal corriqueira logo passou a ser compartilhada pelas redes sociais como um caso de truculência policial e de tentativa de criminalizar os povos indígenas. Conhecido como Carlinhos, o preso é uma das principais lideranças indígenas de sua comunidade. Também é agente da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde. Além disso, desde o ano passado, está inscrito no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, ameaçado de morte.

Parentes de Carlinhos ouvidos pela Agência Brasil e representantes de organizações indigenistas argumentam como alguém com esse perfil poderia estar envolvido com assaltos. Policiais civis da delegacia de Palmeira dos Índios confirmaram que Carlinhos não esteja preso pela acusação de assalto, mas sim por porte ilegal de armas. Embora esteja detido em caráter temporário há 15 dias, o agente ainda não foi denunciado à Justiça. Até quinta-feira (24/7), nenhuma vítima de assalto compareceu à delegacia para registrar ocorrência, reconhecer o suposto assaltante ou reclamar pertences roubados.

“O Carlinhos é uma liderança respeitada que luta pela regularização de nossas terras. Por isso, ele vinha sendo ameaçado e está sendo injustamente acusado. É um agente da Sesai que garante assistência à saúde para toda a comunidade. Alguém que não tem e nunca teve nenhum envolvimento fora a luta de seu povo. Para nós, está claro se tratar de pura perseguição”, disse à Agência Brasil Gecinaldo Xukuru-Kariri, liderança indígena na região.

Segundo o advogado contratado pela família de Carlinhos, Isloany Nogueira Brotas, o próprio agente de saúde admitiu, ao depor, que costuma andar armado no interior da terra indígena, mas que o faz para garantir sua própria proteção e a de parentes. “Jamais o Carlinhos se envolveu em qualquer problema na cidade e foi em função das ameaças que recebeu que ele foi incluído no programa de proteção federal e se armou.”

CONT.



Ainda de acordo com o advogado, não fossem pelas deficiências da Justiça alagoana, Carlinhos já estaria solto. Segundo ele, há tempos, Palmeira dos Índios não dispõe de juiz titular ou promotor de Justiça. Duas vezes por semana, autoridades de cidades próximas cumprem expediente na cidade para tentar solucionar os processos criminais que se acumulam. Havia a expectativa de que Carlinhos fosse solto na terça-feira (22), mas o promotor não compareceu à cidade.

Casado com uma prima de Ferreira, Antônio Graciliano Nicodemos de Lima diz que o líder indígena está respondendo bem à situação, mas que a família teme por sua segurança. "Na medida do possível, ele está bem. Sabe o que está acontecendo e por que ainda não foi solto. Já nós, que conhecemos a índole dele, estamos surpresos. Não entendemos como pessoas preparadas, que deveriam proteger a sociedade, podem prender alguém dessa forma, com base em uma história inventada. Enquanto isso, gente que realmente deve à Justiça está solta porque tem dinheiro ou influência."

Ciente da prisão, a coordenação do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos informou estar em contato com os órgãos estaduais competentes, lideranças indígenas e com o advogado de Ferreira para garantir que sejam observadas as diretrizes da política nacional de proteção. Pelo Estatuto do Desarmamento, o porte ilegal de arma é crime punível com penas de dois a quatro anos de prisão, que pode agravada quando a arma for adulterada. Carlinhos ainda não foi denunciado por nenhum crime.



Movimentos indígenas denunciam perseguição política; Estado nega

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 26.07.2014

Para lideranças indígenas, as prisões e investigações fazem parte de uma estratégia de criminalizar e deslegitimar as principais reivindicações das comunidades indígenas

Agência Brasil

Ao menos sete lideranças indígenas estão presas em caráter temporário, suspeitas de participação em crimes como assassinatos ou porte ilegal de armas. Mais cinco índios com destacada atuação em suas comunidades passaram dois meses detidos em Faxinalzinho (RS), suspeitos de envolvimento na morte de dois irmãos agricultores, no final de abril. Em apenas dois de quatro casos pesquisados pela Agência Brasil, os suspeitos foram denunciadas à Justiça. Para lideranças indígenas e entidades indigenistas, as prisões e investigações fazem parte de uma estratégia de criminalizar e deslegitimar as principais reivindicações das comunidades indígenas, como a demarcação de novas reservas.

"Há uma virulenta campanha de criminalização, deslegitimação, discriminação e racismo contra os povos indígenas", afirmou Lindomar Terena ao participar, como representante dos povos indígenas, da 13ª sessão do Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Nova York, em meados de maio. "Ao contrário do que o governo brasileiro divulga em espaços internacionais, temos certeza de que a situação dos povos indígenas no Brasil hoje é a mais grave desde a democratização do país", acrescentou a liderança terena.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, eximiu a Polícia Federal (PF) e o Poder Executivo de agir à revelia da lei com intuito de deslegitimar o movimento indígena e suas lideranças. "Decisões judiciais têm que ser cumpridas. Foi o que a PF fez. As várias prisões foram em cumprimento a ordens judiciais", disse o ministro à Agência Brasil, sem comentar a tese de criminalização do movimento indígena.

Em seu relatório anual sobre a violência contra os povos indígenas, divulgado no último dia 17, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) aponta que o Estado brasileiro intensificou a repressão e a criminalização às lideranças indígenas para desencorajar as comunidades a lutarem pela efetivação de seus direitos constitucionais. Para a antropóloga Lúcia Helena Rangel, uma das coordenadoras do relatório, isso contribui para que os índios sejam discriminados, ameaçados e perseguidos. "Ninguém mais tem vergonha de manifestar seu racismo contra os povos indígenas", diz Lúcia, citando casos de comentários ofensivos publicados por internautas em sites de notícia.

Arcelino Damasceno, delegado federal responsável por investigar um dos casos de prisão de

CONT.



indígenas, não acredita que o Poder Judiciário, o Ministério Público e as forças policiais conduziram ações conjuntas para deslegitimar a luta indígena. "Seria impossível fazer algo assim sem apresentar provas suficientes [para justificar as prisões e denúncias]", comentou o delegado.

Dos quatro casos recentes que o movimento indígena trata como perseguição política, o de maior repercussão nacional ocorreu em dezembro de 2013, na Terra Indígena Tenharim Marmelo, em Humaitá (AM). O representante comercial Luciano Ferreira Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobrás Aldeney Ribeiro Salvador desapareceram após serem vistos na Rodovia Transamazônica, de carro, pouco antes de ingressarem na reserva indígena.

À época, moradores e sites de notícias da região acusaram habitantes da reserva Tenharim do sequestro. Para eles, os indígenas queriam vingar a morte de seu cacique, Ivan Tenharim, ocorrida dias antes. Ivan morreu no dia 2 de dezembro.

Para as autoridades policiais, o episódio da morte do cacique se resume a um acidente de trânsito: ele pilotava sua moto quando, por algum motivo, perdeu o equilíbrio e caiu. Para o Cimi, entretanto, há razões para desconfiar de assassinato, já que a moto, o capacete e a bagagem do cacique foram encontrados intactos. O cacique era conhecido por denunciar a ação ilegal de madeireiros na região. Em 2011, os Tenharim ajudaram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a apreender máquinas, caminhões, motosserras e madeira cortada ilegalmente.

O desaparecimento de Freire, Souza e Salvador se tornou notícia quando a população de Humaitá ateou fogo na sede local da Fundação Nacional do Índio (Funai), em carros e em postos de pedágios improvisados pelos próprios indígenas na Rodovia Transamazônica e depredaram o prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Índios que normalmente circulavam pela cidade passaram a ser ameaçados e a comunidade buscou refúgio no 54º Batalhão de Infantaria da Selva.

Suspeitos de envolvimento com os desaparecimentos, cinco índios tenharim foram presos em 30 de janeiro. Além de Gilson e de Gilvan Tenharim, filhos do cacique morto um mês antes, também foram detidos temporariamente Valdinar Tenharim, Simeão Tenharim e Domiceno Tenharim. Três dias depois, a PF localizou, no interior da terra indígena, os corpos dos três não índios. Só três meses depois, ou seja, em 30 de abril, o Ministério Público Federal (MPF) no Amazonas denunciou por triplo homicídio duplamente qualificado os cinco índios já presos e mais um tenharim. No próximo dia 30, as prisões temporárias completarão seis meses e os cinco acusados continuam à espera do julgamento em uma cadeia pública estadual de Porto Velho (RO).

Presidente do Conselho Executivo da Associação Juízes para a Democracia, André Augusto Salvador Bezerra considera que as críticas do movimento indígena aponta para duas questões: a dificuldade do Poder Judiciário em lidar com os movimentos sociais e a banalização das prisões temporárias. "A prisão preventiva, algo excepcional, está se tornando regra. A democracia tem como pressuposto a presunção de inocência. Acho que é necessário maior

CONT.



parcimônia na concessão desses mandados de prisão preventiva. Além do mais, é necessário levar em conta as críticas das lideranças sociais ao Poder Judiciário e verificar se, de fato, como afirmam, ele está servindo de instrumento a determinados setores.”

Na última quinta-feira (24), em entrevista à Agência Brasil, o delegado federal Arcelino Damasceno disse que os indígenas presos negam envolvimento no crime e que os corpos das vítimas foram encontrados graças ao cruzamento de diferentes fontes de informação, como o depoimento de outros índios e as buscas policiais. O delegado reconheceu que a questão indígena é “sensível”, já que envolve aspectos políticos que extrapolam o escopo do trabalho policial, mas defendeu a consistência das investigações conduzidas por ele.

“Cada caso é um caso e tem que ser analisado individualmente. Sobre Humaitá, posso garantir que há provas robustas de que os índios cometeram esse crime. Nesse caso específico, não há como dizer que se trata de perseguição aos povos indígenas”, comentou Damasceno, sem entrar em detalhes, já que o inquérito é sigiloso.

Outros dois casos que resultaram nas prisões de líderes indígenas envolvem os assassinatos de dois irmãos de pequenos agricultores, em Faxinalzinho (RS), e de um agricultor, no sul da Bahia.

O quarto e mais recente episódio resultou na prisão, por policiais militares alagoanos, do agente de saúde e líder da Terra Indígena Xukuru-Kariri, José Carlos Araújo Ferreira, o Carlinhos, detido no interior da reserva indígena localizada em Palmeira dos Índios (AL). Os militares dizem que apuravam uma denúncia de assalto quando flagraram Carlinhos portando um revólver com numeração adulterada. Tanto os parentes quanto o advogado do agente de saúde confirmam que ele tem uma arma para se proteger, pois vinha recebendo ameaças de morte. Essas mesmas ameaças motivaram a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República a incluir o indígena no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos em 2013.



Índios de Brasilândia recebem atendimento médico através de liminar

SÍTIO JORNAL DO POVO/TRÊS LAGOAS, 26.07.2014

Renata Prandini

O atendimento em saúde e também de proteção social a trabalhadores indígenas do Distrito de Debrasa, em Brasilândia, vem sendo mantido através de decisão liminar proferida pela Justiça.

A liminar atende a uma ação ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF). De acordo com o órgão, nesta semana, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) negou recursos da União e da Fundação Nacional do Índio (Funai) que pretendiam suspender os atendimentos.

Uma das alegações da Funai para deixar de prestar os serviços é que a assistência é dada apenas nas aldeias de origem e que a permanência dos índios é temporária. Os índios, cerca de 1,5 mil ao todo, trabalham na usina de açúcar e álcool Debrasa, que deu origem ao distrito em Brasilândia, a partir da fixação dos trabalhadores na região. "Estima-se que estes indígenas, de várias regiões do estado, permanecem no distrito entre abril e dezembro, época da colheita da cana-de-açúcar".

Entretanto, o argumento, que já havia sido negado pela Justiça Federal de Três Lagoas, é questionado pelo MPF. De acordo com o Ministério Público Federal, "o índio não deixa de ser índio porque está distante da aldeia de origem". Na ação, ele cita: "O simples fato do indígena residir fora da aldeia durante parte do ano não faz com que perca sua identidade, devendo ser garantido o acesso aos mesmos serviços destinados aos seus pares. É inconstitucional qualquer distinção entre índios, especialmente quando esta pode trazer prejuízos aos direitos que lhes são conferidos pela Constituição Federal e pela legislação vigente".

A ação foi acatada pela Justiça Federal que, em decisão de 2012, determinou que a Funai realizasse um estudo para obter mais informações sobre a comunidade. Atualmente, a Fundação tem encaminhado um servidor para comparecer ao menos três dias por mês à comunidade, para receber as demandas e prestar apoio. A União presta serviço de saúde no local, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que também tem cumprido a determinação.

ESQUECIDAS

O MPE, através de nota à imprensa, ainda questiona as soluções que foram "esquecidas" pelos órgãos públicos competentes. Em fevereiro de 2013, membros do MPF e da Senai se reuniram para encontrar possíveis soluções definitivas sobre o caso. O chefe do pólo-base da Sesai em Brasilândia chegou a sugerir a possibilidade da criação de um serviço permanente de acompanhamento da saúde indígena no distrito, pois os médicos que realizam o atendimento se deslocam de Campo Grande todos os meses até o local. Na mesma época, surgiu a possibilidade da reabertura do escritório da Funai em Brasilândia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

Para o MPF, a reabertura de um escritório da Funai garantiria atendimento tanto à população flutuante indígena e também a comunidade indígena Ofayé-Xavante", que vive em aldeia próximo do município. "Contudo, após um ano e meio, nenhuma proposta de conciliação para o fim da situação dos indígenas de Debrasa foi apresentada formalmente ao MPF", disse.



Armando recebe apoio de oito tribos indígenas

SÍTIO LEIA JÁ, 26.07.2014

Em tempos de formalização de apoio pelos diversos setores da sociedade, empresários e representantes políticos, o candidato ao governo de Pernambuco pelo PTB, Armando Monteiro, teve confirmado reforço de oito tribos indígenas a sua candidatura. O anúncio do apoio foi feito pelo cacique Marquinhos Xucurú em Garanhuns, no Agreste de Pernambuco.

O representante indígena pontuou que pretende promover um seminário de Armando para debater questões relacionadas ao seu povo. "Queremos fazer com Armando um grande seminário durante as eleições para discutir ações para o segmento indígena", disse.

O candidato do PTB e seu vice, Paulo Rubem ainda circularam pelo centro de Garanhuns acompanhados pelo prefeito da cidade, Izaías Régis e o senador Humberto Costa (PT).

Segundo Humberto Costa, seu grupo político recebeu manifestações de apoio a candidatura da presidente Dilma Rousseff (PT) e a postulação de Armando. "Pessoas de todo o Estado que estavam aqui no Festival de Inverno manifestaram apoio a Armando, João Paulo e a presidenta Dilma. Hoje também vimos a mesma receptividade na caminhada pelo comércio da cidade. Além disso, saímos daqui contabilizando o apoio da esmagadora maioria das comunidades indígenas de Pernambuco", frisou.

Depois de Garanhuns, Armando e Humberto seguiram para Araripina, no Sertão de Pernambuco.



Projeto dá suporte a indígenas e quilombolas para acesso à Universidade

SÍTIO O PROGRESSO, 26.07.2014

(PALMAS-TO) - Estudantes e professores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) foram recebidos com festa no último domingo (20) na comunidade Cachoeira, da etnia krahô, no interior do município de Itacajá. O dia marcou o início das atividades do Projeto Dialógico de Acesso e Permanência das Comunidades Indígenas e Quilombolas na Universidade (Padiq). O projeto de extensão é vinculado ao Programa de Acesso Democrático à Universidade e Acompanhamento Pedagógico (Padu), desenvolvido desde 2010 pela UFT.

Além disso, desde quarta-feira (23), até esta sexta-feira (25), as atividades do Padiq ocorrem na escola da Fundação Bradesco no interior do município de Formoso do Araguaia com indígenas karajás e javaés de comunidades da Ilha do Bananal.

O objetivo é aproximar as comunidades da Universidade, proporcionando aos quilombolas e indígenas concluintes do Ensino Médio uma articulação de saberes com recursos didáticos alternativos, mais próximos da realidade das populações tradicionais tocantinenses, para o aprendizado dos conteúdos abordados nas provas de processos seletivos como o vestibular e o Enem.

"Sempre tive vontade de fazer uma faculdade e acho que esta pode ser uma boa oportunidade" comentou o morador da comunidade Cachoeira, Paulo Cadente, que terminou o Ensino Médio em 2011 e pretende retomar os estudos.

Técnicas de redação estão entre os conteúdos trabalhados nos módulos do projeto, sempre com uma abordagem dialógica e contextualizada com questões históricas, políticas e sociais que envolvem as comunidades tradicionais.

A equipe de trabalho do Padiq conta com quatro estudantes da UFT bolsistas, que atuam como monitores, além de professores e técnicos-administrativos. Com foco no vestibular da UFT que ocorre em agosto e na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) marcada para novembro, estão previstos encontros em Palmas nos dias 2 e 3, 9 e 10 e agosto para quilombolas, e outros momentos de aprendizagem no interior, com cronograma a ser definido.

"Como é um projeto piloto, estamos definindo as atividades de acordo com o diagnóstico que fazemos e o retorno que vamos recebendo das comunidades", explica o servidor da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proex) e "padrinho" do projeto, Leonardo Peris, que atua no apoio técnico-operacional do Padiq. (Ascom UFT)



Em Garanhuns, Armando Monteiro anuncia apoio de tribos indígenas

SÍTIO NE 10, 26.07.2014

No sábado pela manhã Humberto Costa, Armando Monteiro, o candidato a vice-governador, Paulo Rubem e o prefeito de Garanhuns, Izaías Régis, circularam pelo centro da cidade de Garanhuns, depois de terem participado na noite da última sexta-feira (25), da XXIV edição do Festival de Inverno de Garanhuns (FIG).

Após a caminhada, a comitiva se reuniu com o cacique Marquinhos Xukurú e representantes de 8 tribos (das 13 comunidades indígenas existentes em Pernambuco) que vieram anunciar seu apoio à candidatura do petebista.

“Queremos fazer com Armando um grande seminário durante as eleições para discutir ações para o segmento indígena”, disse o cacique durante reunião com o petebista.

Para o senador Humberto Costa, a visita a Garanhuns foi muito positiva. “Pessoas de todo o Estado que estavam aqui no Festival de Inverno manifestaram apoio a Armando, João Paulo e a presidenta Dilma. Hoje também vimos a mesma receptividade na caminhada pelo comércio da cidade. Além disso, saímos daqui contabilizando o apoio da esmagadora maioria das comunidades indígenas de Pernambuco”, festejou o senador.

Após a agenda em Garanhuns, Humberto seguiu com Armando para o município de Araripina.



TAC prevê a criação de reserva indígena para índios Terenas, em RO

SÍTIO G1/RO, 27.07.2014

Indígenas ocupam território no Setor Tenente Marques desde 2009. A concessão de usufruto da área deverá dada no prazo de 90 dias.

Lauane Sena Do G1 RO

O Ministério Público Federal (MPF) de Vilhena (RO) firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre os indígenas Terenas, Exército, Funai e Superintendência do Patrimônio da União (SPU). O termo estabelece que a SPU deverá ceder os lotes 42 e 43 do Setor Tenente Marques (Gleba Iquê) aos indígenas para criação de uma reserva no local.

Os Terenas ocupam, desde 2009, os lotes 72 e 73 do mesmo setor, de acordo com o MPF, a decisão tem o objetivo de acabar com os confrontos fundiários na região. A delimitação da área onde deverá ser criada a reserva indígena será feita pelo Exército no prazo de até 20 dias.

Os indígenas se comprometeram a transferir todos os integrantes em até 30 dias para a reserva. Além disso, conforme o TAC, terão algumas normas a respeitar como: preservar as áreas florestadas, respeitar a posse coletiva da terra, não ocupar ilegalmente outras áreas, comunicar à Fundação Nacional do Índio (Funai) em caso insuficiência de área destinada a reserva e não ceder parte da terra a terceiros.

A concessão de usufruto da área deverá ser dada pela SPU no prazo de 90 dias. Os procedimentos para a criação da reserva devem ser feitos pela superintendência e pela Funai em 180 dias. Caso sejam descumpridos os prazos, os órgãos poderão ser multados em R\$ 5 mil.



É alto o índice de mortes indígenas em 2014, suicídio lidera estatísticas

SÍTIO A GAZETA NEWS, 27.07.2014

Bruno Martins

De acordo com o Mapa da Violência do Brasil, divulgado nesse mês de julho, Mato Grosso do Sul tem se destacado negativamente com relação aos altos índices de mortes em alguns municípios do Estado, cidades que antes não apareciam nessas estatísticas, hoje são vistas como muito violentas.

Outros dados que chama muita atenção, são os altos índices de suicídio entre jovens, de acordo com a pesquisa, esses casos aumentaram 64,1%, passando de 5,5 em 2002, para 9 casos em 2012, cálculos referentes a uma população de 100 mil jovens, o que torna o Estado o segundo no ranking, ficando atrás somente de Roraima.

O principal motivo desse aumento são os casos de mortes indígenas, impulsionados principalmente pelos casos de suicídio. O Jornal A Gazeta fez um levantamento juntamente com o polo Base da CASAI de Amambai, e constatou que os índices de mortes da população indígena da cidade são alarmantes.

De 2012 até hoje, 99 indígenas morreram recorrentes de 3 causas que envolvam algum tipo de violência, ou seja, os casos de doença ou morte por velhice não foram adicionados na pesquisa.

No ano de 2012, foram 43 indígenas mortos por causas violentas, sendo que 10 do sexo feminino, desse total, 12 por causas externas que envolvem acidentes de trânsito, afogamentos e outras situações, 14 morreram vítimas de homicídios e 17 se suicidaram.

No ano passado, 34 Guaranís Caiuás perderam a vida de forma violenta, sendo que 8 mulheres, desse total, 6 por causas externas, 10 foram vítimas de homicídios e 18 suicídios, aumentando os casos de suicídio entre mulheres.

De janeiro a julho desse ano, o mais chama atenção, foram as recorrências de suicídios, isso porque, em todos os meses de 2014, pelo menos 1 indígena se suicidou, esse ano também tem se mostrado com altos índices de mortes por agressão, que são caracterizados como homicídios, nesses primeiros seis meses, 7 indígenas foram mortes.

Os números de 2014 apontam que 22 índios já morreram de forma violenta, desses 3 por causas externas, 7 por homicídios e 12 por suicídio. Os meses de abril e maio foram os mais violentos até agora, onde 4 do sexo masculino e 1 mulher se suicidaram, 2 homens vítimas de homicídio além de 2 mortes por causas externas.

Outro dado alarmante, é a faixa etária dessas ocorrências, dentro dos 3 anos pesquisados, as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

idades que vão dos 5 até os 49 anos concentram quase 90% dessas mortes, e a partir dos 20 anos os índices crescem ainda mais. Levando-se em conta a população indígena amambaiense com 12.635 integrantes, cálculos feitos pela enfermeira e coordenadora técnica do Polo Base de saúde indígena da cidade, Maisa Rodrigues Nascimento, o índice de suicídios poderia ser de cerca de 94,85 Guaranís Caiuás por cada 100 mil habitantes, um numero muito alto em apenas 6 meses do ano.

Entre os anos 2002 e 2012, o total de suicídios no País passou de 7.726 para 10.321, o que representa um aumento de 33.6%. O índice é superior ao crescimento da população do País no mesmo período, que foi de 11,1%.

Fonte: A Gazeta News



Funesp transfere Jogos Indígenas para setembro

SÍTIO CAPITAL NEWS, 27.07.2014

A Fundação Municipal de Esporte e líderes da comunidade indígena de Campo Grande se reuniram nesta quinta-feira (24) para alterar a data de realização da 9ª edição dos Jogos Indígenas de Campo Grande que aconteceria neste domingo (27), no Parque Ayrton Senna. Os jogos foram transferidos para o dia 21 de setembro no mesmo local.

A mudança é em virtude da baixa temperatura, já que as modalidades são realizadas ao ar livre, conforme explicou o líder das comunidades indígenas da Capital, Adierson Venâncio. "Nós queremos que todas as comunidades participem e que seja um evento esportivo e também de lazer para as famílias que vão assistir às partidas. Com o frio, as pessoas evitam sair de casa, além das atividades programadas ficarem mais difíceis de acontecer".

De acordo com o calendário da Funesp, os jogos acontecerão somente em setembro, segundo o presidente da Fundação de Esporte, José Eduardo Amancio da Mota, porque o mês de agosto está completo com as atividades programadas em comemoração aos 115 anos de Campo Grande.

Os jogos acontecerão no Parque Ayrton Senna a partir das 8h, dia 21 de setembro, nas modalidades de atletismo, voleibol, futebol society, arco e flecha, lança e cabo de guerra.

Fonte: Da Redação Capital News (www.capitalnews.com.br)



Funai prevê chegada em massa de índios isolados na fronteira do AC

SÍTIO TERRA, 27.07.2014

Manaus, 27 jul (EFE/Amazônia Real).- Uma equipe responsável pelo contato com índios desconhecidos da fronteira do Acre com o Peru enfrentou a desconfiança e o medo para convencê-los a tratar, com remédios dos "brancos", uma gripe capaz de exterminar a tribo, que vive em local de difícil acesso no oeste da Amazônia.

Em entrevista à agência Amazônia Real, o coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Carlos Lisboa Travassos, explicou que os índios isolados recém contatados foram identificados como o povo do rio Xinane, pertencente ao tronco linguístico Pano.

Sem resistência a doenças como a gripe, eles foram convencidos a tomar remédios pelos intérpretes da etnia jaminawá, que falam dialetos da mesma língua. O próximo passo é vacinar todo o grupo.

Travassos classificou a situação na fronteira como crítica. Na região há várias tribos compartilhando o mesmo território pacificamente. E a perspectiva é de que haja uma aproximação massiva do grupo indígena isolado na base da Funai do rio Xinane.

"No dia 26 de junho, aconteceu o primeiro contato dos índios isolados. Eles apareceram atravessando o rio Envira. A aldeia Simpatia (dos índios ashaninka) fica bem na margem do rio. Eles assopravam barulhos de animais", contou Travassos.

"Foram contatos razoavelmente rápidos, de algumas horas, e depois eles retornaram para a mata. Foi assim nos dias seguintes. Os diálogos foram realizados por dois intérpretes muito habilidosos, que conhecem os dialetos da língua Pano, o mesmo tronco linguístico dos índios isolados: José Corrêa Jaminawa, de 70 anos, e o Almerindo Jaminawa, de 60. São pessoas muito experientes, que conseguiram manter uma comunicação plena com os índios e uma relação de confiança", acrescentou.

Travassos relatou que, uma semana após esse contato inicial, quando os índios desconhecidos voltaram à aldeia Simpatia, percebeu que eles estavam com gripe.

"No dia 4 de julho, eles apareceram na aldeia Simpatia. Eu já estava lá. Depois, retornaram para a mata. No dia seguinte, percebemos que eles contraíram gripe. O médico (Douglas Rodrigues, da Secretaria de Vigilância em Saúde) fez a primeira medicação para controlar a febre, e aí eles novamente voltaram para a mata. Foi um momento de muita tensão nossa, porque não sabíamos se tinha mais pessoas no acampamento onde eles estavam, quantas pessoas eram", disse.

CONT.



"Depois, não sabíamos se eles tinham retornado ao grupo maior, o que seria o pior dos mundos para a gente. Seria disseminar uma gripe para um grupo inteiro num local de difícil acesso. Mas, felizmente, a gente encontrou com eles no meio do rio Envira, e os convencemos a viajar até a base do rio Xinane", contou.

Segundo Travassos, os intérpretes foram decisivos no trabalho de convencimento para que os índios se tratassem com medicamentos.

"Nós dependemos muito da qualidade dos dois intérpretes jaminawa. São pessoas muito maduras, que conseguiram um diálogo muito bom e conseguiram explicar que a gripe não era um xamanismo, um feitiço, era algo que todos nós acabávamos contraindo e que só sarava quando tomava o remédio. Então esse convencimento se deu quando perceberam que a saúde deles estava piorando. Eles voltaram ao acampamento e buscaram o restante do grupo, que eram duas mulheres, que não tinham aparecido", afirmou.

"A base do Xinane fica distante cerca de 3 horas de viagem de voadeira (canoa de alumínio com motor de popa). Foi a primeira vez que eles entraram num barco a motor. Na base tem um chapéu de palha (cabana) onde permaneceram acampados por quatro dias e meio em tratamento, de 6 a 10 de julho. Isso permitiu quebrar o ciclo que os médicos dizem de disseminação do vírus da gripe. Eles só retornaram ao acampamento deles quando tivemos certeza de que não iriam levar aquela gripe ao restante do grupo", disse.

O coordenador também afirmou que a Funai solicitou ajuda ao Itamaraty para intermediar a participação do governo peruano nas ações com esses índios isolados. Além disso, ele pediu uma resposta do governo brasileiro na proteção da integridade física e cultural da etnia.

"Poderia ter tido um resultado muito ruim na questão da gripe e da disseminação incontrolável de um surto epidêmico, que a gente não tem como atuar. As estruturas que existem precisam ser melhoradas substancialmente se o nosso país não quiser ver uma situação lamentável que seria uma perda de índios isolados", declarou.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

Educação: aprovado projeto para construção de escola na tribo indígena Bakairi
SÍTIO PARANATINGA NEWS, 27.07.2014

DA REDAÇÃO

No mês de Julho foi aprovado o projeto de construção da Escola Indígena Otávio Kurewe, Etnia Bakairi.

A situação atual na Escola Indígena é precária, nesse últimos anos teve muitas reclamações da estrutura física da escola onde é ministrado as aulas, pois o teto é construído de palha e as paredes de pau-a-pique.

O projeto é buscar melhorias para os alunos e professores da rede de ensino Indígena



Mortes em rodovia refletem descaso com indígenas, diz Ishy

SÍTIO FATO NEWS, 27.07.2014

Desde a inauguração do Anel Viário em 2012, já foram registradas cerca de 15 mortes, a maioria envolvendo indígenas, em decorrência de acidentes. A morte de mais uma indígena, Lenilza Nunes, de 42 anos, vítima de atropelamento no domingo (20), na rodovia MS 156, infelizmente, é uma tragédia anunciada e consequência do descaso das autoridades que não tomaram providências para garantir segurança à população que vive no entorno da Perimetral Norte.

Na terça-feira (22), o vereador Elias Ishy (PT) esteve no local do bloqueio realizado pela comunidade indígena e conversou com lideranças. Ishy ressaltou que o Governo estadual foi informado oficialmente por diversos órgãos sobre os riscos que a falta de medidas de segurança impunham aos moradores das aldeias que são obrigados a trafegar pela MS 156.

“Nosso mandato encaminhou, através da Câmara Municipal, indicações expondo o problema e cobrando para que fossem implantados redutores de velocidade, sinalização indicativa de que a rodovia margeia uma área indígena e outras medidas preventivas. A última solicitação foi encaminhada em dezembro de 2013, quando já haviam ocorrido dez mortes. Nesse primeiro semestre, várias outras pessoas perderam suas vidas, mas até agora nenhuma medida foi tomada”, lamentou Ishy.

Segundo o vereador, a demora do Governo em tomar providências efetivas que garantam mais segurança nas entradas e saídas das aldeias ao longo da Perimetral Norte evidencia o descaso com a vida de milhares pessoas residentes naquelas localidades.

“Essa questão não pode mais ser tratada como um problema apenas da comunidade indígena, pois o Anel Viário foi construído para desviar o tráfego intenso de caminhões da cidade de Dourados. É um descaso imperdoável o projeto da rodovia não ter previsto medidas de segurança para a população das aldeias que é obrigada a trafegar por ali”, afirmou.

Fonte: Assessoria



Projeto Documentação para Todos atende indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 27.07.2014

O prefeito disse que um termo entre o município e o projeto foi assinado em abril

A Prefeitura de Maracaju, através da Secretaria de Assistência Social, o Comitê Gestor e representantes da Funai realizaram, quinta-feira (24), durante todo o dia, um mutirão para atender a comunidade indígena Sucuri'y no acesso à documentação básica(registro civil).

Segundo a secretária de Assistência Social, Eliane Simões, esta é a primeira ação que será realizada na aldeia e visa fornecer aos indígenas o registro civil. "Nosso papel social é de reduzir as desigualdades sociais dando o acesso à comunidade indígena ao exercício da cidadania", disse Eliane.

O prefeito Maurílio Ferreira Azambuja disse que em abril deste ano assinou um termo de cooperação entre o município de Maracaju e o Projeto Documentação para Todos que visa à erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliação da documentação básica. "Dentre as ações previstas está a realização de mutirões nas comunidades. A documentação básica é um passo importante para garantir que todos os brasileiros tenham nome, sobrenome e nacionalidade para exercer seus direitos e nossas equipes vão contribuir com este trabalho", concluiu o prefeito.



PNHR libera recursos para construção de casas nas comunidades quilombolas de Eldorado

SÍTIO PORTAL VALE DO RIBEIRA, 27.07.2014

Nesta última sexta feira (18), os moradores dos quilombos contemplados pelo Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), juntamente com representantes dos beneficiários, estiveram na agência da Caixa Econômica, em Jacupiranga, para abertura da conta do projeto, a qual será depositado o recurso referente a construção das casas.

3255 PNHR libera recursos para construção de casas nas comunidades quilombolas de Eldorado

Ao todo, mais de R\$ 10 milhões virão para o município de Eldorado, para a construção de aproximadamente 200 casas, propiciando uma moradia mas digna para os munícipes, gerando trabalho e renda para a comunidade local e aquecendo a economia.

O projeto teve início há 3 meses, com o apoio da Prefeitura de Eldorado, a articulação da Coordenadoria Municipal de Assuntos Quilombola, representada por André Luiz Pereira, além de parceiros e a comunidade.

Prefeitura Municipal de Eldorado



Internet dá cara nova a movimento negro em comunidade quilombola de AL
SÍTIO PROGRAMA CIDADANIA, 27.07.2014

Telecentro ajuda jovens de Cajá dos Negros, em Batalha, a buscar conhecimento

Há pelo menos dois anos a comunidade quilombola Cajá dos Negros conseguiu fazer com que a distância territorial se tornasse apenas um mero detalhe para que seus habitantes tivessem mais acesso ao conhecimento. Situada a 25 km do Centro de Batalha, município do Sertão de Alagoas, o local foi um dos escolhidos para abrigar um telecentro. E é justamente a internet que está dando cara nova ao movimento negro da nova geração de quilombolas.

Em meio à paisagem verde e seca, típicas do Sertão nordestino, uma estrada de chão batido corta a zona rural de Batalha e um trecho do Rio Ipanema antes de chegar à comunidade. Em meio aos vales e plantações, as famílias quilombolas foram, ao longo de décadas, instalando suas residências próximas a cajazeira que dá nome ao povoado.

Uma das salas da Associação Quilombola foi adaptada para receber os computadores e o satélite responsável pela captação do sinal da internet. Envolto em pesquisas, jogos e estudos, os jovens quilombolas e até pessoas de povoados vizinhos recorrem ao local para se conectar com o mundo.

Ivaniza Leite, líder comunitária, contou ao CadaMinuto que soube por amigos do projeto mantido pelo governo estadual e pensando no bem estar da comunidade, correu para preparar os documentos necessários. O projeto apresentado foi aprovado e contemplado com toda a estrutura através do Programa Alagoano de Inclusão Digital, que já beneficiou 53 localidades no Estado.

“A primeira coisa que me veio na cabeça quando soube do telecentro foi o bem estar da comunidade e das crianças que iam ter oportunidades melhores. Antes era tudo muito difícil e hoje ele modificou o movimento negro do Cajá dos Negros. As crianças e adolescentes são mais ativas, estudam, fazem cursos pela internet e gostam de vir aqui”, conta.



Quilombolas debatem políticas públicas em seminário

SÍTIO RADAR NET NOTÍCIAS, 27.07.2014

“Políticas Públicas para os Quilombos de Pernambuco: Desafios e Perspectivas”. Este é o tema do seminário realizado pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), por meio do ProRural, reunindo representantes de comunidades quilombolas do Estado. Promover reflexões sobre as demandas, os limites e as possibilidades de políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas é o objetivo do encontro, aberto na noite desta quarta-feira (23) em Gravatá, com a participação do secretário Aldo Santos e do gerente geral do ProRural, Walmar Jucá.

Na programação do seminário, conferências, debates e trabalhos em grupos sobre os temas da regularização fundiária nos territórios quilombolas, políticas de cidadania, direitos humanos, saúde, educação e apoio à produção. O evento faz parte das atividades de encerramento do projeto Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas, desenvolvido em comunidades remanescentes de quilombos, a fim de qualificar representantes destes povos tradicionais para que possam acessar aos serviços públicos que os beneficiem.

“Neste projeto, os quilombolas são os atores principais, onde o protagonismo traduz a ideia da construção coletiva. É importante criar e construir através da escuta das comunidades, reconhecendo as suas necessidades por meio do diálogo”, afirmou Aldo Santos. Na ocasião, o gerente geral do ProRural, Walmar Jucá destacou o apoio do ProRural para a organização social e econômica destes grupos específicos. “Cumprimos uma etapa, mas o ProRural continuará contribuindo para a melhoria da qualidade de vida destas comunidades, por meio dos projetos de inserção econômica”.

Na oportunidade, a representante da Comissão Estadual de Quilombolas, Edriane Cruz, ressaltou a importância de participar do projeto voltado a construção de políticas públicas direcionadas aos quilombolas. “Foi de grande valor participar dessa experiência marcante para nós quilombolas. Uma oportunidade, que antes não tínhamos, de contar a nossa história, discutir coletivamente as nossas necessidades e construir juntos”, frisou.

As ações do projeto aconteceram por meio de capacitações e encontros com o objetivo de fortalecer as organizações comunitárias e promover a qualificação e o acesso à comunicação e à informação, com o objetivo de contribuir para o acesso e reconhecimento dos direitos de cidadania dessas populações. O encontro aconteceu esta semana, no Hotel Casa Grande, no município de Gravatá.

Fonte:Prorural

MPF participa dos debates sobre titulação de terras quilombolas em Santarém
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.07.2014

Organizações sociais, comunidades e instituições públicas buscam atuação conjunta



O Ministério Público Federal (MPF) participou esta semana em Santarém, no oeste do Pará, da 1ª Reunião da Mesa Quilombola, evento que teve o objetivo de analisar os casos de titulação das terras quilombolas na região. Foram debatidos 18 processos de titulação de terras e os instrumentos jurídicos que podem auxiliar na titulação.

Participaram do debate representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), da organização Terra de Direitos, da Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Estado do Pará (Malungu), da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém e das comunidades Jauari, Ariramba, Monte dos Oliveiros, Saracura, Arapemã, Patos do Ituí, Nova Vista do Ituí, Murumuru, Murumurutuba, Tiningu e Erepecuru.

“O objetivo é que façamos reuniões periódicas para levar à mesa questões que podem ser resolvidas extrajudicialmente ou, ao menos, dar os devidos encaminhamentos, na busca de eficiência, efetividade e transparência, com participação de diversos órgãos e da comunidade”, explica a procuradora da República Fabiana Schneider, que representou o MPF no evento.

CONT.



Segundo a organização Terra de Direitos, o caso mais emblemático discutido foi o do território de Erepecuru, de Oriximiná. O impasse na comunidade começou em 1998, quando foi firmado um acordo entre moradores, Incra e membros da sociedade civil determinando que o instituto fizesse o georreferenciamento da área e a exclusão dos lotes individuais.

Ainda segundo a Terra de Direitos, a promotora de Justiça Ione Nakamura, salientou que a separação desses lotes não foi realizada. "O título saiu com o perímetro e as exclusões estão previstas no processo, mas no título não constaram essas exclusões. Essas pessoas, que fizeram os acordos individuais, hoje estão pleiteando a resolução disso", aponta.

Retomada da titulação - As comunidades desejam que o Incra retome a titulação desses lotes, como ficou acordado em 1998. "A questão que tem nos preocupado é a questão jurídica, porque foi emitido já esse título e a partir do momento em que ele é emitido e existe uma matrícula no cartório, ele passa a ser uma propriedade particular. Por outro lado, essa exclusão deveria ter sido feita lá no início, antes da expedição desse título, o que atrai a responsabilidade do Incra, porque ele se comprometeu a fazer isso", afirma a representante do Ministério Público do Estado do Pará.

Para o assessor jurídico popular da Terra de Direitos, Pedro Sérgio Vieira Martins, a Mesa Quilombola representa uma boa alternativa ao movimento quilombola. "A proposta dessa mesa só se concretiza com a atuação do Incra em cumprimento às suas obrigações, ou seja, só é um instrumento válido quando o próprio Incra se responsabiliza em seguir os acordos firmados em reunião. Por ser composta por outros órgãos estaduais, municipais e federais, e pelo Ministério Público, a mesa se torna mais uma oportunidade de resolução e superação de entraves de maneira democrática", pontua.

Os membros das comunidades também analisam a mesa de forma positiva, mas ressaltam pontos em que o debate precisa avançar. Para Hugo de Souza, da Cooperativa do Quilombo, o fato de o Incra mostrar interesse pela Mesa é um avanço, mas ainda é necessária uma integração entre os órgãos de Santarém, Belém e Brasília. "O que deveria melhorar é (...) construir um laço familiar entre os órgãos dos três lugares, seria mais uma vitória. Se na próxima reunião viesse alguém de Belém do Incra pra ver mais de perto essa situação, melhor ainda", afirma.

A próxima reunião da Mesa Quilombola está marcada para outubro, e deve ser feita na sede do Incra em Santarém.

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
(91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br/>
http://twitter.com/MPF_PA

(Com informações da organização Terra de Direitos)



Incra reconhece Território Quilombola de Tijuáçu

SÍTIO CEDEFES, 28.07.2014

O Território Quilombola de Tijuáçu, na Bahia, teve portaria de reconhecimento do Incra publicada, nesta sexta-feira (25), no Diário Oficial da União (DOU). A publicação significa o reconhecimento pelo Instituto de que a área de 8,4 mil hectares, onde vivem 828 famílias, é um território quilombola.

O Tijuáçu abrange os municípios de Senhor do Bonfim, Filadélfia e Antonio Gonçalves, situados a 450 quilômetros de Salvador. Trata-se da área com maior número de famílias beneficiadas pelo Programa Brasil Quilombolas no estado.

A portaria de reconhecimento consolida o Território Quilombola de Tijuáçu como remanescente de quilombo e dá legitimidade ao conteúdo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), publicado em 2010. É 12ª portaria publicada que favorece territórios quilombolas baianos.

Com o reconhecimento, o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/BA inicia a elaboração do kit decreto, que reúne as documentações necessárias, para que a área de Tijuáçu possa ser decretada como de interesse social pela Presidência da República.

Com o decreto presidencial, o Instituto poderá iniciar o processo de arrecadação das terras públicas e obtenção de imóveis rurais e posses inseridos no perímetro. São 39 propriedades particulares e 37 posseiros.

História – O RTID do Tijuáçu conta que o povoamento do local começou com a chegada de Maria Rodrigues, mais conhecida como “Mariinha”, de origem Nagô que teria fugido de uma senzala em Salvador. Mariinha inicialmente se estabeleceu na região conhecida como Alto Bonito onde tinha uma visão estratégica da área. Mais tarde, ela teria casado com um homem de origem do Congo e deram início ao quilombo.

A oralidade e as tradições, como o samba de lata, são pontos fortes das comunidades que compõem o Território de Tijuáçu. Muitas histórias e costumes foram passados entre gerações. O samba da comunidade surgiu enquanto as mulheres caminhavam longos trechos em busca de água.

De acordo com relatório, é fácil identificar os moradores do Território de Tijuáçu. “Eles costumam ter um modo de vestir diferenciado com cabelos trançados. Utilizam torços, têm práticas lúdicas semelhantes e a religiosidade está ligada ao culto a São Benedito”, explica o documento.

Assessoria de Comunicação Social do Incra/BA.

Fonte: Incra



Ka'apor criam nova área de proteção e expulsam madeireiros da TI Alto Turiáçu
SÍTIO CIMI, 28.07.2014

Enquanto o Estado de Roseana Sarney e o governo de Dilma estão com as atenções nas eleições, deixando os povos indígenas no Brasil a mercê de sua própria sorte, o povo indígena Ka'apor, do noroeste do Maranhão, intensifica a proteção ao seu território.

Os guerreiros, que têm enfrentado uma longa batalha com os madeireiros durante esses anos, se revezam desde o dia 6 de junho de 2014 na região norte do território indígena, realizando ações de autovigilância, autofiscalização e expulsando madeireiros, haja vista a Fundação Nacional do Índio (Funai) nunca ter se manifestado sobre a criação de postos de vigilância e proteção.

O órgão se ausentou a mais de três meses da área, sem oferecer nenhum apoio. Os indígenas afirmam que desde que solicitaram o afastamento de chefes de postos e de alguns motoristas do órgão tutelar por envolvimento com a venda ilegal de madeira juntamente com servidores do IBAMA, a Funai diminuiu sua presença na área.

Por outro lado, os indígenas conseguiram ter o controle e puderam realizar inúmeras incursões no território e garantir a saída imediata de muitos agressores. Continuam vigilantes nos limites, realizando limpeza dos mesmos e criando áreas de proteção, que chamam de Ka'a usak ha, para evitar que circulem e permaneçam na área. Ainda temem reações desses agressores tendo em vista as ações realizadas.

Lideranças de diferentes aldeias realizaram assembleia de 20 a 23 de julho com a presença dos guerreiros, que reafirmaram o compromisso de se manterem vigilantes nos limites e criando novas áreas de proteção para impedir que a floresta e as famílias que vivem em aldeias próximas aos limites territoriais venham sofrer com a escassez de alimento nessas áreas.

Uma entre as inúmeras reclamações das lideranças indígenas é de que a Funai, além de se ausentar da área, não tem garantido apoio e estrutura para que os próprios indígenas continuem vivendo e protegendo o que é seu. Sobretudo, que exerçam sua autonomia como povo indígena. A Funai não reconhece ações de proteção, monitoramento territorial e etnomapeamento, com apoio do Ministério de Meio Ambiente e realizado pelos próprios indígenas. Não reconhece e nem garante estrutura e apoio para o indígena que desde o ano passado foi indicado pelo povo para assumir a Coordenação Técnica Local.

Os Ka'apor reclamam que muitos servidores não confiam nos indígenas e nem os apoiam, por verem eles como ameaças a seus cargos e esquemas estabelecidos para privilegiar pessoas e grupos. Diante de tudo isso, os Ka'apor continuam demonstrando seriedade, maturidade e compromisso em defender seu território.

Conselho de Gestão da Terra Indígena Alto Turiáçu e Kaaportarupi



Lideranças indígenas divulgam documento final de Aty Guasu realizada em Minas Gerais

SÍTIO CIMI, 28.07.2014

De 21 a 23 de julho de 2014, no Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no âmbito do 46º Festival de Inverno da UFMG, foi realizada a Grande Assembleia Aty Guasu, com a presença das lideranças, acadêmicos e professores indígenas dos seguintes povos: Terena (Mato Grosso do Sul), Tupinambá (Bahia), Guarani (Mato Grosso do Sul), Kaiowá (Mato Grosso do Sul), Mbya (São Paulo), Kaingang (Rio Grande do Sul), Pataxó (Minas Gerais), Maxakali (Minas Gerais), Guajajara (Maranhão). Nesta Assembleia, relatamos nossa situação atual vivida nas terras tradicionais em litígio histórico em cinco regiões do Brasil.

Quando os europeus entraram aqui, nos mataram com doenças, nos mataram com bala. Hoje continuam nos matando com isso tudo e também com a Justiça, que decreta os despejos, aquilo que chamam de reintegração de posse, mas que na verdade são apenas áreas recuperadas que pertenciam a nossos pais e avós. Eles -não-indígenas- são os verdadeiros invasores. São 514 anos de invasão. Nós somos povos resistentes. A ciência, a história dos brancos, por exemplo, ainda diz que os Tupinambá da Costa brasileira foram extintos, acabaram, mas eles ainda estão aqui hoje. Os não-indígenas se esquecem que, quando queimaram o tronco, ainda havia as raízes e elas estão brotando. São nossas retomadas. Não vamos desistir. Vamos lutar. Não temos arma, só temos maracá e reza, no caso dos Guarani, temos Ñanderu, e, além disso, estamos estudando, formando nossos jovens na graduação e na pós graduação. Vamos lutar, não vamos desistir, nunca!

Sempre estamos ouvindo que não vamos conseguir, que não vamos resistir. Que existe a PEC 215 e outras leis que vão ser aprovadas contra nós, que existe decisão do STF contra nossas ocupações, que existe a mídia, a bala e a segurança dos fazendeiros contra nós. Mas queremos aqui dizer, nossa luta vai continuar, não vamos sair do lugar onde nossos pais e avós nasceram e viveram, só vamos sair daqui mortos, nossa decisão é ficar na nossa terra. Não tem outra Lei, não tem arma, não tem nada que vai fazer estes povos desistirem, não vamos recuar, ninguém vai sair da nossa terra, vivo ninguém vai sair. Os juízes, os advogados dos fazendeiros, o governo brasileiro deveriam levar isso em conta. Essa já é a vida dos jovens indígenas, eles já nasceram nessa luta. Isso já virou um ritual, não vão descansar, já enfrentaram bala, já enfrentaram vários despejos, vão continuar enfrentando tudo isso.

O que estamos querendo não é toda terra do Brasil, não. É um pequeno pedaço de terra aqui, outro acolá. Estamos pedindo por uma vida digna, viver na nossa terra em harmonia com a mãe natureza, preservar nossas tradições e que estas sejam respeitadas. Queremos que nossas crianças possam correr livres na comunidade e se banhar nos rios sem risco de contaminação, resguardando, assim, um futuro para aqueles que resistem. Líderes de diversas comunidades estão sendo ameaçados, perseguidos e aprisionados injustamente, de forma a desmobilizar a nossa luta. Chega de morte! Já não temos mais lágrimas para chorar tanta violência e abandono que estamos sofrendo.

CONT.



O documento recente produzido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobre conflitos no campo no Brasil em 2013, confirma as narrativas de nossa Assembleia: contou-se 829 vítimas de violência neste ano, entre elas assassinatos, ameaças de morte, prisões, intimidações, tentativas de assassinato e outras. Destas, 238 vítimas são indígenas. Das 34 mortes por assassinato, 15 são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Não se tem registro de situação semelhante em outro momento dos 29 anos que a CPT publica o relatório Conflitos no Campo Brasil.

Durante a grande Assembleia Aty Guasu do Festival de Inverno da UFMG, relatamos várias ofensivas históricas e atuais contra os direitos constitucionais dos povos indígenas, violações de direitos Indígenas e Humanos, no contexto atual em que há paralisação da demarcação das terras indígenas no âmbito da esfera federal e em que há criminalização, prisões ilegais das lideranças indígenas. Identificamos que há política de amplificação de ódio, violência, racismo e a discriminação institucional permanente contra os povos indígenas, conduzidas por grandes fazendeiros ruralistas anti-indígenas, permitida e promovida pelos poderes judiciários, legislativos e executivos do Brasil da República, isto é. pelo Estado brasileiro. Por exemplo, nas terras em litígio, nós povos indígenas sofremos o cerco e ameaça de jagunços armados e de forças policiais; no caso de povo Tupinambá é cercado e ameaçado permanentemente pelos jagunços, pelas polícias federais, Força Nacional e Exército brasileiro.

Ao mesmo tempo em que está em vigor a criminalização dos movimentos indígenas e prisões ilegais das lideranças indígenas (a exemplo dos caciques Tupinambá Babau, Gildo e Valdelice, além de vários outros), constatamos que os mandantes e os assassinos recentes de lideranças indígenas não são investigados seriamente, nem julgados e condenados pela justiça brasileira, a exemplo do assassinato de Oziel Gabriel Terena e Nízio Gomes Guarani-Kaiowá.

Em geral, não há assistência justa à saúde indígena, e nem existe implementação da educação escolar indígena nas terras em litígio, onde os povos são forçados a consumir a água poluída, os indígenas não recebem assistência social (como exemplo, citamos que só no ano de 2014 já morreram por falta de assistência à saúde e água potável cerca de 25 crianças Maxakali). Assim, de forma similar, os povos indígenas das terras em litígio são abandonados pelo órgão indigenista, pelos municípios e Estado.

A maioria das universidades públicas do Brasil se fecha e ignora a história real, culturas, línguas e os saberes dos povos indígenas, reproduzindo os conhecimentos distorcidos, ultrapassados e senso comum sobre os povos indígenas. Assim, as universidades têm dificuldade em promover diálogos simétricos e promover processos interculturais entre os indígenas e não indígenas acadêmicos.

Avaliamos ainda que na Câmara e no Congresso Nacional tramitam diversas PECs (PEC 215, entre outros) para alterar os nossos Direitos Constitucionais de 1988, ignorando a Convenção 169 da OIT.

Nos vídeos produzidos pelos indígenas, exibidos durante esta Aty Guasu, assistimos a um genocídio no século XXI, fomentado pela própria justiça do Brasil. Constatamos que a decisão

CONT.



da justiça federal estimula e permite a violência hedionda, as ameaças de morte das lideranças, os assassinatos de intelectuais, rezadores e, sobretudo, alimenta o genocídio contemporâneo.

Enfim, aqui em Belo Horizonte, durante o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, após três dias de análise das políticas e ações nocivas do Estado brasileiro, concluímos que, em todas as terras indígenas, sobretudo aquelas em litígio, de formas idênticas fomos submetidos ao processo de etnocídio e genocídio no Brasil, promovido tanto pelos políticos anti-indígenas quanto pelo Estado brasileiro.

Diante desta realidade relatada e evidenciada, nós, lideranças indígenas reunidas na Grande Assembleia Aty Guasu, repudiamos as violências promovidas contra os povos indígenas mencionados, ao mesmo tempo manifestamos nossa solidariedade às legítimas reivindicações dos povos indígenas das terras em litígio, já expressas pelo movimento regional e nacional dos povos indígenas. Além disso, através deste documento, reivindicamos:

- a IMEDIATA regularização de todas as terras indígenas em litígio pelo governo do Brasil;
- o IMEDIATO julgamento do processo das terras indígenas em litígio pela justiça;
- a GARANTIA da presença permanente dos agentes do órgão indigenista (FUNAI) em terras em litígio para prestar a segurança e assistência aos povos indígenas ameaçados;
- a promoção de formas representativas de participação por indígenas nas esferas judicial, executiva e legislativa e nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- a INVESTIGAÇÃO e PUNIÇÃO dos autores dos homicídios de indígenas;
- o IMEDIATO arquivamento da PEC 215, PL 227, PEC 038, e PL 1610, bem como a manutenção na íntegra dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988;
- a GARANTIA do direito diferenciado à saúde e educação em todas as terras em litígio;
- a IMEDIATA criação e implementação dos projetos e programas de diálogos interculturais indígenas permanentes nas universidades públicas nos diversos cursos de graduação e pós-graduação, com participação indígena, para reconhecimento e valorização dos mestres tradicionais e intelectuais indígenas de diversos povos;
- Que onde houver concursos públicos nas universidades para docentes vinculados à temática indígena como, por exemplo, nos cursos do FIEIs, sejam garantidas vagas específicas para indígenas ou que sejam ouvidas as lideranças para participar da elaboração de editais ou mesmo participar da Comissão de Seleção;
- a IMEDIATA implementação total da Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário;

Belo Horizonte/MG, 23 de julho de 2014

Quilombolas de Oriximiná discutem novas ferramentas para a gestão de seus territórios

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2014



"Planejamento traz estratégias. Ainda precisamos de mais esclarecimentos para saber como essas questões de planejamento podem trazer mais elementos para apoiar na preservação do território como está", Cleucilene – Quilombo Abui.

Comissão Pró-Índio de São Paulo

Nos dias 21 a 24 de julho, a Associação Mãe Domingas, a Cooperativa do Quilombo e a Comissão Pró-Índio de São Paulo promoveram a primeira série de oficinas destinadas a apresentar e discutir novas ferramentas para planejamento e gestão territorial no território Alto Trombetas onde vivem cerca de 180 famílias distribuídas em cinco comunidades.

As duas oficinas, facilitadas por Stéphanie Nasuti e Vanusa Babaçu, foram viabilizadas com o apoio de ICCO e do PNUD. As oficinas transmitiram fundamentos teóricos sobre as noções de planejamento, gestão e suas aplicações ao território. Os conceitos foram trabalhados a partir de atividades em grupo, utilizando um material diversificado: reflexão sobre pequenos textos; caracterização dos principais elementos do território e das várias dimensões que o compõem; desenho de mapas identificando as principais áreas de uso; e, identificação das potencialidades e fraquezas do território.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

As oficinas constituem a primeira atividade do projeto desenvolvido pela Associação Mãe Domingas, a Cooperativa do Quilombo e a Comissão Pró-Índio com o objetivo de construir o plano de gestão do Território Alto Trombetas.

“Com certeza a gente quer preservar para que o que temos permaneça ao longo dos tempos. O que eu entendo por planejamento territorial é tudo que a gente tem de fazer de forma que não prejudique nosso futuro. Para mim, é elaborar nossas ações para não prejudicar o que nós temos”, Albenize – Quilombo Abui.

O Território Quilombola Alto Trombetas

A Terra Quilombo Alto Trombetas foi parcialmente titulada em 2003 pelo Instituto de Terras do Pará, com 61.211,9600 hectares em nome da Associação Mãe Domingas.

A outra porção do território, que soma 151.923 hectares, encontra-se em processo de titulação pelo Incra. O Relatório Técnico de Identificação dessa porção do território encontra-se tecnicamente aprovado desde abril de 2013 mas não é publicado por determinação do Incra em Brasília até que se chegue a um acordo com o ICMBio uma vez que a mesma encontra-se sobreposta a duas unidades de conservação.

Além do desafio de garantir a titulação de suas terras, os quilombolas do Alto Trombetas lutam para fazer valer o seu direito frente aos planos de expansão da área de extração de bauxita da Mineração Rio do Norte em suas terras a partir de 2021. A empresa é a maior produtora de bauxita do Brasil e tem entre seus acionistas grandes empresas como Vale do Rio Doce, Rio Tinto e Billiton.

Saiba mais sobre os quilombolas de Oriximiná em: www.quilombo.org.br



Flip recebe líder yanomami Davi Kopenawa e a fotógrafa Claudia Andujar e abre espaço para debates sobre os indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2014

UOL – “Gostaria de deixar uma mensagem pro povo da cidade. Gostaria de falar um pouco sobre mim. Sou um yanomami que gosta de lutar, defender o meio ambiente. Os garimpeiros de Boa Vista ficaram com raiva de mim, estão me perseguindo e querem acabar com a luta do meu povo, com a nossa cultura tradicional. O homem da cidade gosta de matar índio, então queria dar essa mensagem para, quem ler, pensar sobre mim, falar com nosso governo para que ele não deixe acontecer de acabarem com as lideranças que lutam. Eles querem me matar porque não gostam que eu lute. Querem que deixe destruir a natureza, sujar o rio, crescer as doenças nas comunidades indígenas. Eles não gostam de índio que luta. Em 11 de junho passado, entraram na sede duas pessoas me procurando para me pegar, levar pra fora e me amarrar ou matar, mas consegui fugir e voltei para minha comunidade. Aqui eu não tenho segurança, eu mesmo me cuido, não saio na rua à noite. Sei que corro riscos”.

Davi Kopenawa é uma das maiores lideranças indígenas do mundo – em sua tribo, dentro da Terra Indígena Yanomami, uma área 96 mil quilômetros quadrados na Amazônia, já recebeu personalidades como o rei norueguês Harald 5º e o ex-jogador de futebol David Beckham. Está à frente da Hutukara Associação Yanomami, fundada justamente para defender os direitos de seu povo. Foi na sede da entidade, na capital de Roraima, que sofreu as ameaças que descreve. Provavelmente ele falará sobre isso na Flip (Festa Literária Internacional de Paraty), que começa nesta quarta (30). Na sexta (1º), ele dividirá a mesa “Marcados” com a fotógrafa Claudia [Andujar].

Mas não é só isso. Davi também aproveitará a oportunidade para dizer aos jovens da cidade sobre as visões de mundo do seu povo, sobre seus sonhos (a preservação das belezas naturais, rios com abundância de peixes, florestas com muitos animais...), sobre a maneira de se relacionar com as forças da natureza, sobre sua mitologia. “Vou aproveitar para falar com eles sobre nossa terra, nossos costumes, sobre os povos indígenas do Brasil. Vou pedir para que conheçam mais de nós, índios brasileiros, que respeitem nossa língua, nossos costumes, o lugar onde moramos, lá não pode poluir, destruir, derrubar as árvores, fazer estrada”. Ele também conta estar curioso para “conhecer mais a cultura não indígena, de participar da Festa”.

“Eu sou filho de antropóloga, tenho convivência com o tema indígena desde de pequeno. Ao montar a grade da Flip, percebi que o Davi era um autor brasileiro que tinha lançado um dos livros mais importantes da ciências humanas dos últimos anos e no Brasil ninguém sabe quem ele é, não costuma ser convidado para festivais. Então quis chamá-lo, ele tem muito a contar sobre a própria vida”, diz Paulo Werneck, curador desta edição da Festa, justificando o convite a Davi.

É a primeira vez que a Flip abre um considerável espaço para que haja algum aprofundamento
CONT.



em temáticas indígenas. Além da presença de Davi e Claudia, a mesa “Tristes trópicos” também, provavelmente, abordará o assunto. Ela acontecerá no dia 2, com os antropólogos Beto Ricardo e Eduardo Viveiros de Castro. Com isso, quase 10% dos convidados à Festa deverão, de alguma forma, falar sobre índios. “Acho que a Flip presta atenção até tarde para essa temática, que já está no mundo intelectual há muito tempo. Estamos levando pelo perfil intelectual que eles têm, mas é claro que há diversas ameaças aos interesses dos índios nesse momento, como a Amazônia, que se tornou um grande centro de interesses econômicos, então esse lado também pode ser interessante. Além disso, é uma oportunidade para, talvez, conhecermos mais do xamanismo, algo que sempre ouvimos falar”, opina o curador.

A queda do céu

Quando Werneck refere-se ao livro de Davi como “um dos livros mais importantes da ciências humanas dos últimos anos”, está falando sobre “A queda do céu”, que o yanomami escreveu em co-autoria com o antropólogo francês Bruce Albert – coube ao europeu passar para o papel as histórias que o índio lhe narrou, trabalho que levou cerca de quatro anos, dificultado principalmente pela tradução da língua yanomami para o francês. “Não queria que só os antropólogos escrevessem sobre nós, sobre nossa cultura. Eu me criei dentro da floresta, escutava meu pai contando histórias muito bonitas e queria escrever isso, o que eu escutava das lideranças sobre as terras, os rios, as montanhas, o sol, o céu, o universo em geral. Acho muito interessante eu escrever para não índio ler e pensar sobre a preservação da natureza. O livro é uma espécie de defesa do povo, não apenas dos indígenas, porque os não indígenas estão destruindo a beleza do nosso planeta. O livro serve para quem não conhece, nunca viu índio. Eles precisam aprender a respeitar nossa terra, nosso direito”.

Em suas mais de 800 páginas, “A queda do céu” apresenta o pensamento yanomami e a preocupação com o possível fim do mundo, que poderia ser precipitado pela destruição da natureza pelo homem. Além disso, ressalta o permanente diálogo, que se arrasta desde o início do mundo, entre os indígenas e os espíritos que regem o universo para que o céu não caia sobre a Terra, aniquilando todo o planeta. A obra, que foi publicada em 2010 na França – onde se tornou best-seller – e em 2013 nos Estados Unidos, sairá no Brasil em 2015 pela Companhia das Letras.

Ser reconhecido primeiro fora do país, aliás, parece ser algo inerente a Davi. Quando resolveu buscar apoio para combater os garimpos que ainda ameaçam o seu povo (seja destruindo a terra, seja com as mortais doenças que os garimpeiros levam aos índios), foi no exterior que encontrou mais pessoas dispostas a lhe ajudar. “O povo de fora quer preservar a floresta, o pulmão do mundo, porque eles acabaram com as deles. Então eles dão mais importância agora, para não acabar tudo. Eles são mais preocupados”. Contudo, logo na sequência faz uma ponderação: “Mas são só alguns, a maioria não quer preservar, quer rasgar a terra, sujar o rio... Tem empresário grande que fala isso”.

“A minha experiência diz que o Davi conseguirá transmitir o perigo que o mundo está correndo com a desenfreada necessidade de desenvolver tudo, ocupar tudo e chegar com isso ao fim”, diz Claudia, que, para o evento, está preparando uma série de imagens que retratam o trabalho dos xamãs. “Como essas imagens contam toda uma história, é uma apresentação

CONT.



muito tensa, justamente para mostrar que se não frear esse desenvolvimento a todo custo, então o mundo vai acabar e o céu vai cair. Farei uma pequena introdução e tenho a esperança que o Davi comente as fotos”, revela a fotógrafa.

Amizade

Claudia [Andujar] e Davi [Kopenawa] também levarão à mesa uma amizade que começou a ser construída na década de 1970. Os primeiros contatos foram esparsos mas se intensificaram quando a fotógrafa fez parte da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), que, em 1992, conseguiria que o governo realizasse a demarcação das terras yanomamis e, depois disso, seria rebatizada como Comissão Pró-Yanomami.

Talvez o passado de Claudia e Davi, suas tragédias familiares, também tenha contribuído para a amizade entre os dois. Ela nasceu na Suíça em 1931, mas cresceu na Romênia, de onde fugiu com sua mãe em 1944, enquanto todo o resto de sua família era assassinada pelos nazistas. Viveu um tempo nos Estados Unidos e depois veio para o Brasil. Foi viajando pelo país que percebeu que se sentia melhor com populações carentes do que com a alta sociedade e encontrou na fotografia uma maneira de contornar a língua que não dominava. Sentiu-se muito bem quando conheceu os índios carajás e, fotografando para a revista Realidade no começo dos anos 1970, descobriu os yanomamis. Resolveu, então, mudar a vida: passaria a se dedicar a conhecer aquele povo da Amazônia. Povo onde estava Davi, índio que presenciou o primeiro contato de sua tribo com os homens brancos, o que levou à morte, por epidemias de doenças, boa parte da população de sua aldeia, incluindo seu pai e sua mãe.

Em 2000, por problemas de saúde, Claudia deixou a CCPY e só voltou às terras yanomamis em 2010. Ficou surpresa com a recepção que teve. “Andando na aldeia, as pessoas me reconheceram, aquelas que me conheceram em 70, 80 e 90. Fiquei muito impressionada com isso. Muitos deles me chamaram de mãe”, conta ela que, em breve, pela relevância e qualidade de sua obra, terá um pavilhão exclusivo no Instituto Inhotim, que conta com um dos mais importantes acervos de arte contemporânea do país

Relevância do tema

Há algum tempo que temas indígenas orbitam em torno da Flip, seja na presença de índios que aproveitam a festa para vender artesanatos, seja nos debates. Em 2009, Chico Buarque, que dividia uma mesa com Milton Hatoum e Samuel Titan Júnior, destacou um manifesto distribuído pelo Fórum de Comunidades Tradicionais, dentre elas os guaranis, que mostrava como a exploração imobiliária estava forçando aqueles que habitavam Paraty há décadas a deixarem suas terras. Dois anos antes, em 2007, alunos das escolas indígenas Guarani Tava Mirim e Karai Oka haviam apresentado danças e cantos de suas aldeias na Flipinha. Na sequência, também participaram de um painel sobre “raízes” da Ciranda de Autores junto de Daniel Manduruku e Fátima Miguez.

Ao explicar a relevância intelectual do tema, Werneck chama atenção para livros recentes que trazem histórias indígenas. São títulos como a série “Poesia”, organizada por Sergio Cohn, que tem um volume dedicado aos cantos ameríndios, e “Quando a terra deixou de falar”, de Pedro
CONT.



Cesarino. "É importante ter o pensamento indígena num festival literário porque já há obras que incorporam os índios à literatura brasileira, que pegam os mitos e transformam em poesia, por exemplo. Eles foram os primeiros caras a se dedicar à literatura no país. O livro do Davi prova que os índios estão aqui no Brasil mostrando e produzindo alta inteligência, complexa", posiciona-se o curador.

Provavelmente isso é a consequência de um trabalho que vem sendo feito há anos e, atualmente, encontra-se em um momento tecnicamente favorável. "Hoje em dia há muitos antropólogos e linguistas – inclusive indígenas – que têm bons conhecimentos das línguas indígenas contemporâneas, o que viabiliza o registro e a difusão de contribuições dos povos indígenas com outras culturas", diz Beto Ricardo, que, como já dito, estará na mesa "Tristes trópicos" ao lado de Eduardo Viveiros de Castro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, autor de obras importantes sobre antropologia e etnologia e que teve como um dos mentores o francês Claude Lévi-Strauss, um dos antropólogos mais importantes da história.

Beto Ricardo coordena o Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental (ISA), do qual é um dos fundadores. Ele é outro que conhece Davi (considera-o "uma pessoa inspirada, cuja trajetória de vida o fez um homem-ponte entre mundos") há mais de três décadas. Como Claudia, foi membro da CCPY – incorporada ao ISA em 2008 – e seu programa no Instituto possui um termo de cooperação com a Hutukara. "Apoiamos várias iniciativas do povo yanomami, dentre as quais a realização de encontros de xamãs, a expansão de uma rede de comunicação por radiofonia, o intercâmbio com os yanomami da Venezuela e algumas pesquisas sobre os conhecimentos tradicionais e diálogos interculturais". Dentre esses apoios, está a tradução de "A queda do céu".

O antropólogo diz ter ficado surpreso com a abertura da Flip para o assunto. Explica que seria interessante se a ocasião fosse aproveitada para se tratar de diversas questões pertinentes aos índios, como a demarcação de novas terras, o respeito aos espaços já demarcados e os problemas dos guaranis, o povo indígena mais numeroso do país, que, em alguns lugares, vivem literalmente à beira das estradas. Também considera importante que a temática seja abordada "de uma forma não apenas episódica, mas incorporando narradores e autores indígenas, como um nicho de mercado", mas ressalta que políticas públicas são essenciais para se possibilitar a tradução de narrativas das cerca de 150 línguas indígenas para o português.

Conheça a tribo Fulni-ô, única do Nordeste que conseguiu preservar a própria língua
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2014



Carolina Piai – Conteúdo Colaborativo/EBC

Towe significa fogo em Ia-tê, língua materna dos Fulni-ô. O povo indígena, de origem pernambucana, é o único do Nordeste que conseguiu preservar a própria língua. O português também é ensinado na aldeia, assim como o karate. Towe, além de ser professor da arte marcial, fala português muito bem. Tem fala pausada, que hora ou outra oscila e ganha certa velocidade. A firmeza na voz, por outro lado, é constante. Quando canta aquece e aconchega, assim como o fogo. Desperta o coração de qualquer um: canta forte.

Liderança Fulni-ô, Towe participou, junto com outras 26 pessoas de seu povo, da VIII Aldeia Multiétnica. Suas músicas têm beleza incontestável: as diversas vozes que as compõem se completam. Não são semelhantes e não cantarolam as mesmas palavras ao mesmo tempo – variam em uma composição quase perfeita. As mulheres, em um tom sutil; os homens, em tom mais firme. Todos com pinturas que remetem a animais espalhadas pelo corpo. “É a identificação de nossa floresta, dos nossos animais, da nossa convivência com eles. Tem sabedoria forte. Não fala, mas tem sabedoria”, conta Towe.

“Quando a gente canta e dança se sente mais forte, revive mais, fala com os antepassados, com o grande espírito, com a floresta, com a água, com os anciões que já morreram”. Assim relata o homem que toma conta do pátio quando os Fulni-ô entram em cena – tudo acontece ao seu redor. Quando perguntado sobre como se sente nos momentos em que canta fica um tanto quanto desconcertado, mas ao responder é certo e carrega em sua voz uma honra transparente. “Mais forte, mais energia. Eu me sinto até mais novo espiritualmente”, afirma, com um sorriso torto e tímido estampado no rosto.

CONT.



No entanto, a felicidade nem sempre acompanha os Fulni-ô. Seus cânticos remetem ao que lhes é sagrado e, para eles, a mãe-terra é uma dessas energias sagradas. A demarcação de terra, por sua vez, já prejudicou e ainda prejudica muito esse povo. Atualmente, na parte central da reserva indígena em que vivem, está a cidade de Águas Belas. Para mostrar, Towe desenha o espaço na areia, com um pequeno galho: "Essa terra todinha aqui é nossa. E o homem branco aqui no meio, mandando", indica, insatisfeito.

Hoje, os Fulni-ô, não conseguem viver apenas de roça, pesca e caça. É necessário que saiam da aldeia para trabalhar na cidade. Porém, os trabalhos costumam ser precários, apesar de muitos indígenas concluírem a graduação. Towe aponta um sobrinho: o garoto está sentado em um tronco fincado ao redor da fogueira que nos une. "Esse aí já é formado". Mas não consegue emprego. "Não tem espaço pra índio no mercado do homem branco".

Sob essa situação de constante instabilidade, encontram-se os povos indígenas do Brasil. Towe, apesar da atenção que costuma dar aos visitantes, sofre a perda de seu irmão. Santxiê Tapuya faleceu há cerca de um mês e era muito ligado à luta política pela terra. Inconformado, o líder tenta explicar: "Foi muita injustiça. Você já pensou a pessoa tá lutando, tá lutando e o governo bota trator, coloca tudo em cima. Sabe, cada dia. E aquilo vai...". O silêncio é ocupado pelo olhar semicerrado de Towe e por seus gestos tenros: faz como se pegasse algo e colocasse no peito. Resgatando a calma que lhe é familiar, volta a falar: "Chega um dia que parece que baixa a pressão nele, e aí vai. E os espíritos também, viram que ele tava sofrendo, e levaram logo ele". Segue, já com maior rigidez: "Vai descansar lá em cima. Lá em cima você vai ter sua terra sagrada. Aqui tá poluído, tá podre essa Terra".

A mãe-terra, para o líder, está triste. Entre um gole de café e outro, preparado sob a fogueira, com uma boa dose de açúcar, diz: "A mãe terra é viva. Tem que cuidar, respeitar, orar por ela. Você só fica em pé em cima dela porque ela equilibra a gente". Segue assim, esmiuçando suas crenças e valores: "A mãe-terra é energia sagrada do grande espírito. Assim como o céu e a floresta. Essa é a nossa casa". O grande espírito de quem Towe fala é o dono de todas as formações da Terra e se chama Ei Djá Duá.

"Como escreve?", questiono.

"Ah, eu não sei escrever".

Desse modo, descubro que algumas palavras de sua língua não são escritas.

"Por quê?"

"Porque não deve", assegura.

Todo ano, os Fulni-ô migram para outra região mais afastada e passam três meses isolados dos não-índios. Lá, realizam rituais como o Ouricuri e podem viver apenas de roça, caça e pesca – assim como desejam. "A nossa cultura é muito fechada. Tem coisa que a gente não mostra. Porque se mostrar nós somos cobrados. Por isso que não nos exterminaram. Há mais de 500 anos nós temos essa existência toda. Forte. Forte".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2014

Brasília, 28 de julho de 2014.

Que os Fulni-ô, apesar de todas as dificuldades que encontram em sua sobrevivência, sigam assim: fortes, fortes, fortes.



Ministro da Justiça cria Câmara Técnica para rever valores das áreas ocupadas na Terra Indígena Buriti

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.07.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Em reunião com os ocupantes de áreas na Terra Indígena Buriti, realizada semana passada, em Brasília, o Ministro José Eduardo Cardozo, da Justiça, determinou a criação pelo Incra de uma Câmara Técnica para rediscutir as avaliações das terras nuas feitas pelo Governo, que chegam a um total de R\$ 80 milhões.

A Câmara Técnica (CT) será instalada no dia 10 de agosto, composta por nove peritos engenheiros agrônomos federais, que trabalharão ligados à Superintendência do Incra em Mato Grosso do Sul. Os ocupantes de áreas na Terra Indígena terão prazo de dez dias a contar de hoje, 28 de julho, para enviar suas reivindicações, considerando as avaliações particulares por eles contratadas. A partir do recebimento desse material, a CT terá um prazo de 30 dias para concluir seus trabalhos.

Essa terceira avaliação das terras nuas era uma das reivindicação dos ruralistas, que contrapunham um valor de R\$ 124 milhões aos R\$ 80 mil oferecidos pelo Governo. Também reivindicavam que, caso esse terceiro valor superasse os R\$ 124 milhões, prevalecesse o maior, o que não foi aceito pelo Ministério da Justiça.

Considerando os prazos, os trabalhos da Comissão Técnica devem estar encerrados antes de 10 de agosto, uma vez que o Ministério dá a entender que a contagem será corrida. Se assim for, temos uma 'moratória' de cerca de um mês e meio, sem reintegrações de posse e novas retomadas na área. E depois, esperamos, o retorno ao cumprimento das determinações da Constituição de 1988, com mais de 20 anos de atraso.